



Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privada do Estado do Piauí.

Ao quatorze dias do mês de março de dois mil e dezoito, às onze horas, foi realizada a Décima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privada – PPP, por convocação do Senhor Presidente do Conselho, Chefe do Poder Executivo Estadual, Dr. José Wellington Barroso de Araújo Dias, em caráter Ordinário, na forma do disposto no art. 27 da Lei Estadual Nº 5.494, de 19 de setembro de 2005, alterada pela Lei Estadual nº 5.817, de 16 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Estadual nº 6.680, de 06 de julho de 2015, na sala de reunião (Salão Azul), situada no Palácio do Governo. Presente o Presidente do Conselho: Chefe do Poder Executivo Estadual, José Wellington Barroso de Araújo Dias, e os seguintes conselheiros: Secretário de Administração e Previdência do Piauí – SEADPREV: Francisco José Alves da Silva; Secretário da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ: Rafael Tajra Fonteles; Secretário de Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN: Antônio Rodrigues de Sousa Neto, neste ato representado por Francisco Vagner Ximenes Martins; Procurador Geral do Estado do Piauí – PGE: Plínio Clerton Filho e a Superintendente de Parcerias e Concessões – SUPARC: Viviane Moura Bezerra, como convidados os senhores: Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR: Luiz Henrique Sousa de Carvalho, neste ato representado por Cláudia Tavares Silva, Secretário de Estado da Saúde – SESAPI: Florentino Alves Veras Neto, neste ato representado por Telmo Gomes Mesquita; Secretário de Estado do Turismo – SETUR: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior; Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado – DIVISA, neste ato representado por Maria Veloso Soares; Controlador – Geral da Controladoria Geral do Estado – CGE: Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural: Sr. Francisco Limma; Superintendente de Desenvolvimento do Artesanato Piauiense: Jordão Costa, Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí – AGRESPI, através de seu Diretor Presidente: Emanuel do Bonfim Veloso Filho; Diretor Presidente da empresa STERLIX: Roberval Bichara Battaglin, acompanhado da Sra. Gleyciane Nobre e o Consultor João Marcos. Abertos os trabalhos pelo Presidente do CGP, após cumprimentar os convidados e demais presentes, concedeu a palavra ao Secretário de Estado de Administração e Previdência do Piauí, que saudou a todos os presentes e concedeu a palavra à Superintendente de Parcerias e Concessões para apresentação dos itens de pauta da reunião. Antes de adentrar nos itens da pauta, a Superintendente apresentou três informações relevantes que deviam ser comunicados aos conselheiros: A primeiro foi sobre o julgamento das propostas econômicas e nota final da Concorrência Pública Nº 02/2017, cujo objeto é a Contratação de Parceria Público Privada, na modalidade de concessão administrativa, para a construção, operação e manutenção de infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem, incluindo serviços associados para o governo do Estado do Piauí, conforme especificações estabelecidas no edital e em seus anexos. Em atendimento às exigências contidas no Edital, a CEL decidiu pela desclassificação do Consórcio Linkintel e julgou como única classificada no certame a Empresa Globaltask Tecnologia e Gestão S/A, prosseguindo-se a fase de recursos e posterior abertura do ENVELOPE Nº 04 - documentos de habilitação. O segundo ponto abordado tratou do resultado dos estudos referente à autorização de PMI para fins de elaboração de estudos técnicos para Implantação/Construção/Operação/Exploração do Porto

de Luís Correia realizado pelas empresas CNAGA - ARMAZÉNS GERAIS ALFANDEGADOS LTDA. e DTA ENGENHARIA LTDA., onde os primeiros elementos de engenharia foram recebidos, ainda em caráter preliminar, e já apontam a viabilidade do empreendimento. De acordo com os dados, há viabilidade executiva para a implantação das estruturas portuárias, com execução de dragagem em areia e rochas e que novos estudos estão sendo realizados para ajustar o anteprojeto de forma a buscar otimização e redução dos possíveis volumes de dragagem. A última informação era mais no sentido de solicitar o apoio, por parte do Governador, para agilizar o encaminhamento das minutas do Projeto de Lei e Justificativa para concessão de uso onerosa do Ginásio Verdão. Abordando, especificamente, a pauta, de início, a Superintendente passou a tratar da apreciação dos estudos finais da PPP, na modalidade Concessão Administrativa, para gestão, acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos Resíduos Sólidos de Saúde. A Superintendente apresentou o resumo do projeto, enfatizando os detalhes dos estudos finais desenvolvidos, através de MIP autorizada pelo CGP, os quais foram avaliados e validados pelo Grupo de Trabalho e equipe do projeto. Na oportunidade, ficou evidenciada a existência da Portaria de Governança do Projeto composto pelos seguintes setores: SUPARC, SESAPI, SEPLAN, SEFAZ e Vigilância Sanitária, e foi observada a importância do envolvimento de todos os setores para que os projetos possam ser estruturados com estudos sólidos. A Superintendente concedeu a palavra à consultora Gleyciane Nobre Rocha, expertise na área de Ciências Ambientais, com ênfase em ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA, atuando principalmente no tema relacionado a resíduos sólidos, que apresentou a contextualização geral do projeto, destacou a necessidade do Estado do Piauí cumprir às normas relacionadas, pontuou as deficiências encontradas, as prerrogativas e os benefícios que serão proporcionados ao Estado com a implantação do projeto. Encerradas as explanações e feitos os esclarecimentos adicionais requeridos, a Superintendente agradeceu a presença dos representantes da empresa convidada e em seguida destacou que foram desenvolvidos os seguintes produtos: Estudos de viabilidade técnica, formado pelo estudo de demanda, operacional e técnico ambiental; Estudo de viabilidade econômico financeiro e Modelagem jurídica, todos apresentados e analisados pelo proponente do projeto. Em seguida, detalhou as premissas econômicas e financeiras, e apresentou o Value For Money do projeto. Concluídas as explicações e feitas as elucidações adicionais requeridas, o presidente do Conselho Gestor solicitou a SUPARC a elaboração de relatório mais específico, contendo o levantamento das despesas referentes à prestação de serviços de pessoal que trabalha diretamente na gestão dos resíduos sólidos de saúde e o comparativo quanto ao modelo atual aplicado pela SESAPI, através da lei 8666/93 e as vantagens financeiras de aplicar a modelagem de PPP neste caso específico. Para tal, pediu a colaboração da SEFAZ, SESAPI e CGE para fornecer os documentos necessários para posterior decisão quanto à evolução dos estudos. Em seguida, passou-se para o segundo item da pauta: Apreciação do conceito, projeto técnico e econômico financeiro referente ao projeto Piauí Center Modas: A Superintendente de Parcerias e Concessões destacou a situação atual do projeto e informou que a SEDET assumiu a gestão do equipamento em cumprimento à decisão constante na última reunião do CGP, e apresentou o resultado dos estudos realizados por MIP autorizada por este conselho a empresa SBS – PROJETO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, empresa especializada em implantação e operação de shoppings, e exibiu vídeo institucional contendo maquete de um modelo para estruturação do projeto do Novo Piauí Center Modas, para que os membros tivessem uma visão global do empreendimento. Em seguida, apresentou as informações técnicas e financeiras acerca do Projeto Piauí Center Modas, especialmente quanto à remodelação



do MIX de Mercado, descrição do atual imóvel e escopo com as informações básicas quanto ao conceito apresentado e concepções técnicas, operacionais e econômico-financeiras do projeto, com o intuito de obter a aprovação do CGP para fins de elaboração dos documentos finais e início do processo licitatório. Encerradas as explanações e feitos os esclarecimentos adicionais requeridos, o presidente do Conselho Gestor ressaltou que o interesse principal do projeto é que permaneça com o foco principal na indústria têxtil local e submeteu a matéria à deliberação dos Conselheiros que decidiram, por unanimidade, aprovar e autorizar o prosseguimento das ações pela equipe técnica da SUPARC. Na sequência, seguiu-se para o terceiro item da pauta: Apresentação dos estudos finais referentes ao projeto de Concessão de uso para exploração, operação, manutenção e modernização do Centro de Convenções de Teresina – Piauí. A Superintendente destacou a situação atual do projeto e das obras, destacou a necessidade de conjugar a licitação com a previsão de entrega do equipamento para que não haja riscos nem alteração no contrato da concessão. O Secretário da SETUR informou que a entrega da obra está prevista para este primeiro semestre. Em seguida, a Superintendente destacou que os produtos sintetizados foram estruturados no âmbito da Superintendência de Parcerias Concessões, com apoio da Secretaria de Turismo-SETUR e assessoramento da Fundação Getúlio Vargas, informou, ainda, que foram desenvolvidos os seguintes produtos: Estudo Técnico; Estudo de Demanda, Modelagem Econômico-financeira e Modelagem Jurídica, todos apresentados e analisados pelo proponente do projeto. Em seguida, pontuou que, caso seja a decisão do CGP sobre a presente proposição de efetivar a concessão, os autos do processo administrativo serão encaminhados para avaliação jurídica da Procuradoria do Estado e, que o edital para licitação deste projeto ficará condicionado à conclusão da obra e entrega do equipamento. Encerradas as explanações e feitos os esclarecimentos adicionais requeridos, o presidente do Conselho Gestor submeteu a matéria à deliberação dos conselheiros que decidiram autorizar o encaminhamento dos estudos para PGE. Em seguida, passou-se a abordar o quarto item da pauta: Apresentação para aprovação do projeto de expansão da Nova Ceasa: A Superintendente informou que, de acordo com o contrato, a Concessionária apresentou ao CMO o projeto relativo a etapa de expansão do Projeto Nova Ceasa com o destaque para a nova infraestrutura que será construída nas áreas acrescidas ao equipamento. Foi apresentado vídeo institucional contendo o projeto arquitetônico da expansão, destacando, sobretudo, a implantação dos novos galpões e informando como início de obra o dia 15 de maio de 2018. Submetido à apreciação dos membros, o projeto foi aprovado por unanimidade. Na sequência, passou-se, imediatamente, para o quinto item da pauta: Apresentação do Diagnóstico Preliminar e Projeto Arquitetônico referente ao projeto de Concessão de Uso do Parque Zoológico de Teresina: A Superintendente de Parcerias e Concessões apresentou o diagnóstico preliminar, enfatizando os detalhes dos estudos realizados pela equipe da SUPARC, com o apoio da SEMAR e participação de Consultoria do Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades – IPGC e destacou que objetivo do projeto é viabilizar a revitalização e transformação do Parque Zoológico em Bioparque (Planos de Manejo e Diretor), juntamente com a criação do Centro de Educação Ambiental, para tal, foram observados os pontos positivos e negativos e a situação atual do empreendimento bem como a situação financeira e social. Na oportunidade, foi apresentado o projeto arquitetônico contendo maquete de um modelo para estruturação conforme as premissas estruturais do empreendimento. A Superintendente destacou a destinação específica do Parque Zoológico em Teresina e a necessidade de implantação de projetos associados que contribuam para a melhoria dos serviços ofertados à população, devendo ser respeitada toda a legislação ambiental que

rege o Parque por se tratar de Unidade Estadual de Conservação de Proteção Integral. Encerrados os debates e feitos os esclarecimentos necessários, o Presidente do Conselho requereu o apoio da PGE para auxiliar nos estudos em face da responsabilidade do Estado na área de reserva ambiental que permanecerá com a gestão da SEMAR, e em seguida submeteu aos demais membros a aprovação do prosseguimento dos estudos. Na sequência passou-se ao último item da pauta: Apresentação de proposição referente ao projeto de Concessão de Uso para reforma, expansão, operação e manutenção da Central de Artesanato de Teresina. A Superintendente apresentou o escopo do projeto e informou sobre a necessidade de reforma da infraestrutura, bem como de requalificação para torná-la um ponto turístico rentável e com condições de melhorar e ressignificar o entorno urbano local, considerando seu grande potencial turístico, econômico e social. A Superintendente ressaltou a necessidade de elaboração de estudos aprofundados para a avaliação quanto às condições da infraestrutura do imóvel em referência, tornando um modelo que atenda as expectativas do mercado sendo um objeto atrativo ao parceiro privado e conservando, em especial, as escolas existentes no equipamento e as condições ofertadas para a população em geral. Encerrados os debates, o Presidente do Conselho informou que tem interesse que conste no projeto como premissa a permanência das Escolas de Música, Dança e Artesanato, com as mesmas condições de pagamento atual, e depois submeteu a matéria à deliberação dos Conselheiros que decidiram, por unanimidade, pela aprovação dos estudos preliminares. Por fim o Presidente do Conselho Gestor destacou o sucesso da visita em Portugal, onde estabeleceu contato com representantes do Observatório de Parcerias Públicas Privadas (PPPs) da Universidade Católica de Lisboa e informou que o protocolo de entendimento com a instituição portuguesa onde visa estabelecer intercâmbio acadêmico com a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) com ênfase no desenvolvimento de ações de sustentabilidade através de Termo de Cooperação será assinado no dia 26 de março de 2018, além disso, o governador reforçou a necessidade de alinhar os projetos de PPP com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Nada mais havendo, o Senhor Presidente do Conselho Gestor deu por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente e demais interessados.

Presidente do Conselho: José Wellington Barroso de Araújo Dias;
Secretário de Administração e Previdência do Piauí: Francisco José Alves da Silva;
Secretário da Fazenda do Estado do Piauí: Rafael Tajra Fonteles;
Secretário de Planejamento do Estado do Piauí: Antonio Rodrigues de Sousa Neto, neste ato representado por Francisco Vagner Ximenes Martins;
Procurador Geral do Estado do Piauí: Plínio Clerton Filho
Superintendente de Parcerias e Concessões: Viviane Moura Bezerra;
Secretário de Estado do Meio Ambiente de Recursos Hídricos: Luiz Henrique Sousa de Carvalho;
Secretário de Estado da Saúde: Florentino Alves Veras Neto, neste ato representado por Tecmo Gomes Mesquita;
Secretário de Estado do Turismo: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior;
Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado: Neste ato representado por Maria Veloso Soares;
Controlador – Geral da Controladoria Geral do Estado: Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra;
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural: Francisco Limma;
Superintendente de Desenvolvimento do Artesanato Piauiense: Jordão Costa,
Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí: Emanuel do Bonfim Veloso Filho.